

HABEAS CORPUS Nº 492.577 - CE (2019/0037762-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : FRANCISCO CESAR MARIANO
ADVOGADO : FRANCISCO CÉSAR MARIANO - CE020991
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ROCLECIO DE ARAUJO LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROCLECIO DE ARAUJO LIMA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente, em **novembro de 2015**, em razão de suposta infração do art. 121, § 2º, incisos I, IV e V, do CP e do art. 14 da Lei n. 10.826/2003, por ter encomendado o homicídio de Francisco Pedro de Santana.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 60/61):

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. APLICAÇÃO DAS SÚMULA 15 DO TJCE E 52 DO STJ. INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE POR PARTE DO ESTADO. 2. IRRELEVÂNCIA DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. Compulsando os autos, percebe-se a impossibilidade do reconhecimento de excesso de prazo, haja vista a complexidade da ação penal originária, porquanto trata-se de processo com pluralidade de réus e de crimes, isto sem contar a necessária expedição de cartas precatórias para Comarcas diversas. Não fosse isso, impende observar a mudança da jurisdição na Ação Penal devido a entrada em vigor do Novo Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, em que o processo deixou de tramitar na Comarca Vinculada de Palhano e foi destinado à Comarca de Russas. Tal quadro, evidentemente, enseja a aplicação da Súmula nº 15 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará cujo enunciado assim dispõe: “Não há falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais”.

2. Dessarte, não é possível a observância de nenhuma inércia ou desídia por parte da autoridade impetrada, isto porque o feito encontra-se apenas aguardando a apresentação das alegações finais, com a instrução criminal já finalizada, o que impede o reconhecimento do constrangimento ilegal por excesso de prazo, por estar superada a questão, a teor da Súmula 52, do STJ, ad litteram: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

3. No mais, percebe-se de forma peculiar que a questão do presente Writ não versa somente sobre a dilação temporal que possibilita a soltura imediata do paciente, isto porque também deve-se atentar para o garantismo penal, que na hipótese deve ser aplicado de forma integral, considerando que o paciente já responde por uma tentativa de homicídio (Proc. nº 317-35.2014.8.06.205/ consulta sistema CANCUN).

4. Desta feita, é fácil a conclusão de que para o caso é necessário a adoção da medida cautelar mais extremada, ou seja, a custódia preventiva, dado que considerando as circunstâncias do caso em si e, repiso, o fato do paciente já responder por um outro processo de mesma natureza criminal (tentativa de homicídio) nenhuma outra daquelas medidas postas no elenco do art. 319 do Código de Processo Penal se mostra suficiente para resguardar a ordem pública.

5. Por fim, no que concerne à alegada existência de condições pessoais favoráveis, é de se destacar que, conforme pacífico entendimento jurisprudencial, tal circunstância, ainda que eventualmente provada, não autoriza, por si só, a revogação da prisão preventiva ou a substituição desta pelas medidas cautelares previstas no art. 319, do Código de Processo Penal, se existem, nos autos, elementos concretos e suficientes a apontar a necessidade da custódia antecipada.

6. Ordem conhecida e DENEGADA.

Neste *habeas corpus*, alega a defesa ilegalidade na segregação cautelar do paciente, porquanto *"ESTA CLARO O RECONHECIMENTO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL AO QUAL O PACIENTE SE SUBMETE, ESTANDO PRESO DESDE O DIA 21/10/2015, EXATOS 1.150 DIAS, SEM QUE TENHA SE FORMADO A CULPA"* (e-STJ fl. 8).

Sustenta, ainda, ausência dos requisitos para a decretação da custódia. Aduz, para tanto, que *"não há nos autos nenhum indício de que o paciente integra alguma organização ou grupo criminoso, coagiu testemunha, destruiu provas ou oferece risco às investigações, ao contrário disso é que colaborou para o deslinde da questão"*, e que o paciente é primário, possui residência fixa e ocupação lícita (e-STJ fls. 15/16).

Requer, liminarmente, a soltura do paciente e, no mérito, o relaxamento da prisão preventiva ou a sua revogação (e-STJ fl. 21).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, **máxime por o paciente já responder a outra ação penal também pelo crime de homicídio (tentado)** – e-STJ fl. 39.

Quanto ao excesso de prazo, de acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre os feitos objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

